DIÁRIO DE PETRÓPOLIS
Terça-feira, 18 de novembro de 2025

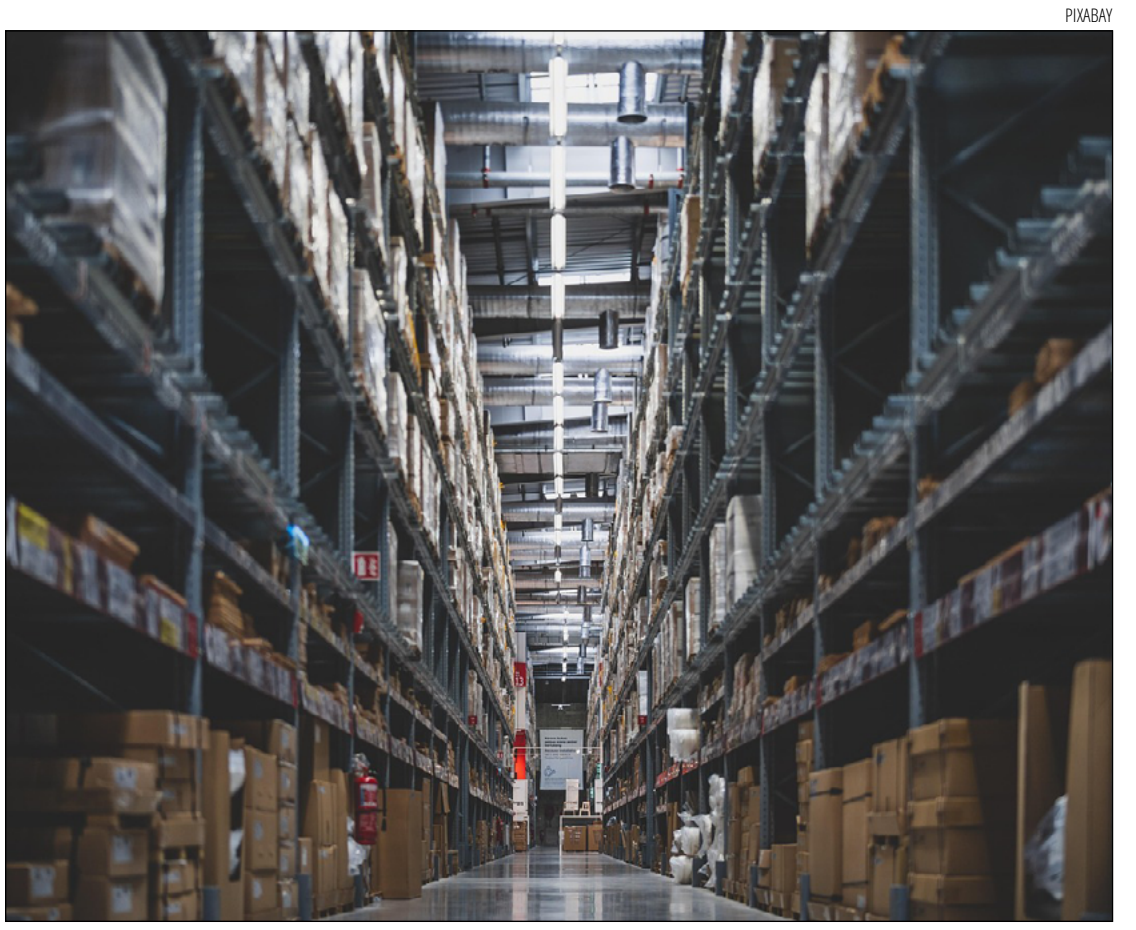
Balcão de Empregos oferece 98 vagas

São 34 oportunidades de primeiro emprego que não exigem experiência

A Prefeitura, por meio do Balcão de Empregos, está oferecendo 98 oportunidades de emprego entre segunda-feira (17) a sexta-feira (21). Os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site da Prefeitura (httpswww.petropolis.rj.gov.br)

São 34 oportunidades de primeiro emprego que não exigem experiência, em vagas para ajudante de cozinha; auxiliar de produção; auxiliar de serviços gerais; caixa; entregador de móveis; garçonete; manobrista; operador de caixa; operador de loja; e vendedor.

PIXABAY



ENTRE AS oportunidades desta semana está a de auxiliar de estoque com 10 vagas disponíveis

Veja todas as oportunidades desta semana

Agente Funerário – Ensino Médio Experiência na função – 4 vagas

Ajudante de Cozinha – Ensino Fundamental – 2 vagas

Ajudante de Cozinha – Ensino Fundamental Experiência na função – 1 vaga

Atendente de Farmácia – Ensino Médio Cursos específicos na área Experiência de 1 ano na função – 2 vagas

Auxiliar de Estoque – Ensino Médio Experiência na função – 10 vagas

Auxiliar de Logística – Ensino Médio Experiência de 1 ano na função – 10 vagas

Auxiliar de Pintor Automotivo – Ensino Médio CNH Cat. B Experiência na função – 1 vaga

Auxiliar de Produção – Ensino Fundamental – 2 vagas

Auxiliar de Serviços Gerais – Ensino Fundamental Experiência de 1 ano na função – 3 vagas

Auxiliar de Serviços Gerais – Ensino Médio Experiência na função – 1 vaga

Auxiliar de Serviços Gerais – Ensino Fundamental – 1 vaga

Auxiliar de Serviços Gerais – Ensino Médio – 1 vaga

Caixa – Ensino Fundamental – 5 vagas

Cortador à Tesoura – Ensino Médio Experiência na função – 5 vagas

Costureira Retista – Ensino Médio Experiência de 1 ano na função – 5 vagas

Encarregado de Limpeza – Ensino Médio Experiência na função – 2 vagas

Entregador de Móveis – Ensino Médio – 2 vagas

Fiscal de Prevenção de Perdas – Ensino Médio Experiência de 1 ano na função – 3 vagas

Garçom – Ensino Fundamental Experiência na função – 2 vagas

Garçonete – Ensino Médio – 1 vaga

Manobrista – Ensino Fundamental CNH Cat. B – 2 vagas

Motorista – Ensino Médio CNH Cat. B Experiência de 2 anos na função – 1 vaga

Operador de Caixa – Ensino Médio Experiência de 1 ano na função – 1 vaga

Operador de Caixa – Ensino Médio – 1 vaga

Operador de Empilhadeira – Ensino Médio Cursos específicos na área Experiência na função – 2 vagas

Operador de Loja – Ensino Médio – 4 vagas

Operador de Loja – Ensino Médio Experiência de 1 ano na função – 5 vagas

Operador de Loja – Ensino Médio Experiência na função – 2 vagas

Serviços de Portaria – Ensino Médio Experiência na função – 4 vagas

Supervisor – Ensino Médio Experiência na função – 1 vaga

Televendedor de Farmácia – Ensino Médio Experiência na função – 1 vaga

Vendedor – Ensino Médio – 11 vagas

FNDE abre investigação sobre merenda escolar

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abriu um procedimento oficial para investigar possíveis irregularidades na distribuição da merenda escolar às unidades da rede municipal de ensino de Petrópolis, após denúncia apresentada pelo vereador Léo França.

No documento, o vereador relata casos de falta de merenda em unidades da rede municipal. Diante da gravidade das informações, o FNDE notificou oficialmente o prefeito Hingo Hammes e solicitou providências imediatas, além de acionar também o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que deverá se manifestar sobre o acompanhamento e a fiscalização da alimentação oferecida aos estudantes.

"Nos últimos meses, tenho recebido diversas denúncias de pais, responsáveis, profissionais da educação e até dos próprios alunos sobre a falta de merenda em diferentes unidades escolares. Fiz questão de visitar pessoalmente várias dessas escolas para verificar a situação de perto e, infelizmente, comprovei que o problema é real e grave. Diante disso, formalizei a denúncia ao FNDE. Agora, com a investigação aberta, a Prefeitura terá 10 dias para dar explicações. Nosso compromisso é garantir que o direito dos estudantes seja respeitado e que cada recurso seja aplicado corretamente" – destacou o vereador Léo França.

O parlamentar reforça que continuará acompanhando o processo junto ao FNDE e cobrando respostas da gestão municipal.

As respostas da Prefeitura e do CAE serão analisadas pela equipe técnica do FNDE, que encaminhará ao vereador o parecer final e eventuais medidas administrativas ou corretivas.

REPRODUÇÃO

VEREADOR relata falta de merenda em unidades da rede municipal

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 18/11/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

PORTARIA PRE ADM 042/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS,

R E S O L V E

Art. 1º Fica considerado facultativo o ponto na Câmara Municipal de Petrópolis no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira).
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 17 de novembro de 2025.

Junior Coruja
Presidente

ATA DA 42ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e sete minutos o Vereador Gil Magno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº: 9949/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 9965/2025 do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Emenda Modificativa nº: 9981/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento nº: 9954/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 9962, 9970 e 9971/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação nº: 9967/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 9972 e 9973/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação Legislativa nº: 9944/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 9940 e 9941/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 9942/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 9945, 9946 e 9947/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 9950 e 9963/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 9952/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 9957, 9958, 9959 e 9961/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 9969, 9975, 9976 e 9977/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Carlos Alberto solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 9985/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 8477/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 8477/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1747/2025 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 224/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4386/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Tiago Leite; Registre-se que o Projeto de Lei mº: 5581/2025 foi retirado de pauta; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 5142/2025 do Vereador Gil Magno; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 6386/2025 do Vereador Júnior Coruja; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única e em bloco as Indicações nº: 1650, 1653, 1655, 2226, 3879, 3899, 3905, 4500, 4539, 4549, 5353, 5603, 5606, 5614, 5983, 6001, 6102, 7630, 7767, 7903, 8350, 8392, 9717, 9760, 9776 e 9821/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Cumprimentando o amigo e companheiro de parlamento, vereador Dr. Aloísio, os demais vereadores, vereadoras, a assistência presente e também todas as pessoas que acompanhavam a sessão pelo canal oficial da TV Câmara. Dirigindo-se ao vereador Dr. Aloísio, destacou que, ao longo de aproximadamente onze meses, ambos travaram bons debates e embates construtivos. Reconheceu que, em alguns momentos, acabou se exaltando, e por isso pediu desculpas ao colega e à sua família. Ressaltou, contudo, que todas as discussões ocorreram sempre com o propósito de buscar o melhor para a cidade. Desejou sorte e sabedoria ao Dr. Aloísio em sua nova função na área da saúde, reconhecendo o sacrifício do colega diante do difícil contexto financeiro do município. Colocou-se à disposição para colaborar no que for necessário, afirmando ter plena confiança no espírito público do novo secretário. Declarou-se satisfeito com a nomeação do colega para o cargo, mas também expressou decepção ao saber que o principal responsável pelo caos no Hospital Alcides Carneiro com dívidas superiores a cinquenta milhões de reais durante onze meses de governo havia sido indicado para assumir a direção da unidade. Enfatizou que o hospital não pode ser tratado de forma negligente, pois ali trabalham profissionais competentes que se dedicam a atender a população. Demonstrou preocupação e afirmou esperar que o novo secretário de Saúde realize um levantamento sobre os mais de cem milhões de reais encaminhados pelo governo estadual ao Fundo Municipal de Saúde. Questionou como uma prefeitura que recebeu tamanha quantia enfrenta dificuldade para pagar a folha salarial, o décimo terceiro, os RPAs e os fornecedores. Afirmou que o município vive hoje sob a condução de um "prefeito oculto". Criticou o fato de, durante a apresentação do novo secretário de Saúde, o prefeito não ter concedido sequer a palavra ao indicado, classificando a atitude como deselegante. Em seguida, comentou a decisão do juiz da 4ª Vara sobre o pedido de reconsideração feito pelo governo municipal. Explicou que o município alegava a necessidade de manter o pagamento do Vale Educação, mesmo sem garantir merenda ou salários em dia. Elogiou a decisão do juiz Jorge, que, segundo relatou, foi informado por uma empresa fornecedora de alimentos que o Hospital Alcides Carneiro só teria proteína disponível por mais dois dias. Lamentou que o prefeito se recuse a pagar fornecedores e trabalhadores, mas mantenha pagamentos a empresários de ônibus. Citou que funcionários da empresa Capital Ambiental e trabalhadores contratados por RPA estão com salários atrasados, enquanto o governo prioriza o Vale Educação. Mencionou o extrato que demonstra o sequestro judicial de valores das contas da prefeitura, evidenciando o descontrole financeiro. Disse que há contas com saldos irrisórios algumas com apenas centavos e criticou o atraso na explicação pública da crise. Acrescentou que, mesmo após o decreto de calamidade financeira, o prefeito contratou novos cargos comissionados, somando mais de R$ 528 mil em despesas adicionais. Segundo o ele, a folha de pagamento desses cargos ultrapassa R$ 20 milhões anuais, valor que poderia garantir o pagamento de servidores e fornecedores, além do funcionamento adequado da educação e da saúde. Criticou o prefeito por governar em benefício de amigos e afirmou que o pedido de reconsideração apresentado à Justiça é uma tentativa de defender empresários de ônibus, o que considerou inaceitável diante da crise. Apresentou ainda o Diário Oficial, no qual o prefeito afirmava que faria cortes orçamentários, mas que, segundo o vereador, não apresenta qualquer medida efetiva nesse sentido. Disse ser evidente que o prefeito tenta se esconder atrás de um decreto mal elaborado. Em seguida, iniciou a exposição de documentos sobre as "armadilhas do prefeito oculto", apresentando dados da Secretaria de Saúde. Segundo o ele, o ex-secretário Luís Cruzick teria duplicado informações e incluído dados de 2017 como se fossem de 2024, atribuindo despesas de gestões anteriores ao atual prefeito. Informou que encaminhará o relatório à ata da Câmara, para que o documento possa ser analisado futuramente com maior profundidade. Por fim, adiantou que, no dia seguinte, prosseguirá o debate abordando a área da educação. Mostrou um relatório da Secretaria que, segundo ele, contém inconsistências. Explicou que o documento, encaminhado ao Tribunal de Contas em julho, apresenta um suposto passivo de R$ 94,8 milhões referentes à folha de pagamento, embora os servidores da educação tenham recebido seus salários até 31 de dezembro de 2024. Afirmou que apenas o terço de férias poderia ter ficado pendente, mas classificou como "crime" incluir valores incorretos fora do período de competência. Disse que o relatório foi entregue fora do prazo e pode induzir o Tribunal de Contas ao erro. Encerrando, defendeu que a Câmara tem a obrigação de investigar o caso, abrir uma comissão processante e convocar o prefeito para prestar esclarecimentos, a fim de garantir transparência sobre a real situação financeira do município. Agradeceu e despediu-se. 2**) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Explicou que foi protocolado um pedido para criação de uma comissão especial destinada a acompanhar as medidas adotadas pelo atual governo diante da crise financeira do município. Ressaltou que o decreto nº 272, publicado em 7 de novembro, apresenta apenas medidas genéricas, sem detalhar sua efetividade. Mencionou, por exemplo, o corte de 15% nos contratos e nos RPAs, questionando quais contratos seriam afetados e qual seria o valor real economizado. Destacou ainda que o modelo de contratação por RPA já deveria ter sido extinto desde 18 de junho, em cumprimento a decisão judicial que reconheceu sua precariedade e a falta de garantias trabalhistas. Defendeu que os trabalhadores merecem a oportunidade de ingressar no serviço público por meio de concurso, garantindo estabilidade e plano de carreira. Também criticou a suspensão do triênio e do quinquênio, direitos assegurados por lei que garantem a progressão funcional dos servidores. Afirmou que é necessário analisar com rigor as medidas propostas, exigindo do Executivo clareza sobre o destino da economia prometida: se os recursos serão utilizados para garantir o pagamento da folha salarial, a compra de medicamentos e anticoncepcionais que têm faltado nas unidades de saúde ou para assegurar o funcionamento dos serviços públicos. Segundo ela, é essencial saber de onde virá essa economia, quais contratos e gastos serão de fato reduzidos e o impacto percentual dessas medidas no orçamento municipal. Defendeu que o governo apresente um planejamento de curto, médio e longo prazo, afirmando que a administração não pode continuar funcionando de forma emergencial, com atrasos recorrentes de salários e falta de insumos básicos nas áreas de saúde e educação. Citou o relatório quadrimestral de agosto de 2024 e o de agosto de 2025, mostrando que a queda de arrecadação foi de R$ 78 milhões um valor relevante, mas distante das cifras de R$ 600 a R$ 800 milhões divulgadas em algumas narrativas. Destacou, portanto, a necessidade de um compromisso efetivo com medidas concretas, planejamento responsável e transparência fiscal. Afirmou que a situação é muito preocupante e que, por isso, a criação da comissão especial é fundamental para acompanhar e propor soluções práticas às demandas da população. Manifestou expectativa de que a comissão seja instalada o quanto antes, permitindo que o Legislativo possa incidir de forma propositiva no enfrentamento da crise. Na sequência, abordou outro tema de grande impacto para a população petropolitana: o aumento da passagem da empresa TURP, que passou a se adequar ao valor de R$ 5,90, igualando-se às demais empresas. Explicou que o reajuste foi concedido pela Justiça de forma atípica, uma vez que a empresa deveria cumprir cinco metas específicas e apresentar relatórios quinzenais antes de obter o aumento. Segundo ela, a TURP cumpriu apenas três das cinco metas, e, nas duas que não foram alcançadas, o próprio relatório da empresa demonstra piora significativa na qualidade do serviço prestado. Destacou ainda que o Relatório Mensal de Operações (RMO), cuja publicação é determinada por uma lei de sua autoria, deixou de ser divulgado pela CPTrans desde julho justamente no período em que a empresa solicitou o reajuste tarifário. Lembrou que, em janeiro, o RMO registrou 141 viagens não realizadas pela TURP e relatou que, no mesmo dia em que o aumento da passagem foi autorizado, um ônibus da empresa quebrou, vazando óleo na pista e causando transtornos no trânsito da cidade. Afirmou ter certeza de que a população usuária do transporte fornecido pela empresa está completamente insatisfeita, pois enfrenta constantes atrasos, interrupções de linhas e veículos em más condições de conservação. Relatou que as denúncias sobre a precariedade do serviço são frequentes, incluindo casos de ônibus quebrados e linhas sobrepostas. Ressaltou que Petrópolis possui uma das passagens mais caras do estado, enquanto o serviço oferecido é precário tanto para os passageiros quanto para os trabalhadores, já que muitos motoristas exercem dupla função e enfrentam sobrecarga de trabalho devido à ausência de cobradores. Lamentou que muitos moradores tenham deixado de utilizar o transporte coletivo, recorrendo a aplicativos de transporte não por preferência, mas por necessidade, diante da ineficiência do sistema. Enfatizou que o transporte público deve ser tratado como um direito, e não como um negócio, pois é por meio dele que a população acessa outros direitos, como educação, saúde, cultura e lazer. Criticou o modelo de gestão que privilegia o lucro em detrimento da qualidade do serviço e classificou essa prática como um desrespeito à população. Mencionou ainda que, em diversos bairros, linhas de ônibus seguem horários muito próximos, fazendo com que passageiros esperem por longos períodos nos pontos, muitas vezes enfrentando superlotação. Citou o exemplo do bairro Bela Vista, que antes contava com dois ônibus na linha de Cascatinha, mas, após o contrato emergencial, passou a ter apenas um, obrigando os moradores a esperar até uma hora pelo transporte. Concluiu afirmando que o transporte público é um direito fundamental e que o município tem condições de apresentar soluções efetivas, desde que haja vontade política. Reforçou o compromisso de seguir fiscalizando, cobrando providências e defendendo o interesse da população petropolitana, destacando que o serviço, embora prestado por empresas privadas, deve cumprir seu papel público com qualidade e responsabilidade. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e vinte e cinco minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia treze de novembro às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins